



6.2 Recomendações técnicas para os projetos de casas de madeira:
6.2.1 Levantar e identificar espécies nativas nas regiões de implantação, verificando sua origem legal e caracterização tecnológica com vistas ao uso na estrutura, pisos, vedações e cobertura das casas;

6.2.2 Promover e incentivar cadeias produtivas de materiais dos locais de implantação, estimulando o empreendedorismo e absorvendo as tradições construtivas regionais em conjunto com critérios de qualidade, sustentabilidade e aprimoramento tecnológico na construção das moradias.

VII - Das especificações mínimas:

7. As especificações mínimas para as unidades habitacionais de madeira estão dispostas no Quadro B, composto das Tabelas 1 e 2. A tabela 1 resume as orientações para a concepção das unidades habitacionais e a tabela 2, dá as orientações para a elaboração dos projetos nas três situações ambientais da região Norte.

Quadro B - Exigências relativas à concepção e construção da casa de madeira:

| Tabela 1 - Da concepção da unidade habitacional rural de madeira | |
|--|--|
| Projeto - orientações | |
| Projeto | Casa em madeira, unidomiliar térrea ou suspensa sobre estacas de madeira com sala/ 1 dormitório para casal e 1 dormitório para duas pessoas / cozinha / área de serviço coberta (externa) / circulação / banheiro e varanda. |
| Dormitório casal | Quantidade mínima de móveis: 1 cama (1,40 m x 1,90 m); 1 criado-mudo (0,50 m x 0,50 m); e 1 guarda-roupa (1,60 m x 0,50 m). Circulação mínima entre mobiliário e/ou paredes de 0,50 m, prevendo acesso do cadeirante à cama. |
| Dormitório duas pessoas | Quantidade mínima de móveis: 2 camas (0,80 m x 1,90 m); 1 criado-mudo (0,50 m x 0,50 m); e 1 guarda-roupa (1,50 m x 0,50 m). Circulação mínima entre as camas de 0,80 m. Demais circulações, mínimo de 0,50m. |
| Cozinha | Largura mínima da cozinha: 1,80 m. Quantidade mínima de equipamentos: pia (1,20 m x 0,50 m) em aço inoxidável; fogão (0,55 m x 0,60 m); e geladeira (0,70 m x 0,70 m). Previsão para armário sob a pia. |
| Sala de estar/refeições | Largura mínima sala de estar/refeições: 2,40 m. Quantidade mínima de móveis: sofás com número de assentos igual ao número de leitos; mesa para 4 pessoas; e Estante/Armário TV. |
| Banheiro | Largura mínima do banheiro: 1,50 m. Quantidade mínima: lavatório sem coluna e vaso sanitário em cerâmica, caixa de descarga plástica, box com ponto para chuveiro - (0,90 m x 0,95 m) com previsão para instalação de barras de apoio e de banco articulado, desnível máx. 15 mm. Deve-se assegurar a área para transferência ao vaso sanitário e ao box. |
| Área de serviço | Quantidade mínima: 1 tanque (0,52 m x 0,53 m), de no mínimo 20 litros, em louça, concreto ou mármore sintético e 1 máquina de lavar roupas (0,60 m x 0,65 m). |
| Varanda | Cobrindo pelo menos uma das entradas da moradia. |
| Em todos os cômodos | Espaço livre de obstáculos em frente às portas de no mínimo 1,20 m. Deve ser possível inscrever, em todos os cômodos, o módulo de mobília sem deslocamento para rotação de 180º definido pela NBR 9050 (1,20 m x 1,50 m), livre de obstáculos. |
| Características Gerais | |
| Área útil | 52 m² |
| Pé direito mínimo | 2,30m no banheiro e 2,50m nos demais cômodos. |
| Cobertura | Telha - telha cerâmica ou telha de madeira (cavaco) ou telha de fibrocimento (sem amianto), de 6 mm, pintada com tinta acrílica à base de água ou resina acrílica a base de água na cor branca, sistema de cobertura em componentes pré-fabricados de madeira; Forro - madeira ou PVC ou em painéis de madeira do tipo OSB (sempre fixado na estrutura de cobertura e acompanhando a inclinação do telhado); beiral mínimo - 80cm e aplicação isolante térmico na cobertura (subcobertura). |
| Piso | Tábuas de madeira maciça sobre barrotes de madeira maciça apoiados na estrutura do flutuador ou sobre estacas (casas suspensas). Nas casas construídas no nível do solo utilizar piso cerâmico ou cimento queimado sobre contra piso; calçada de proteção no perímetro da edificação de, no mínimo, 60 cm e inclinação mínima de 1% em sentido oposto às peças de madeira. |
| Revestimento externo (paredes externas) | Pintura com tinta acrílica; pintura com tinta com pigmento fungicida para cobertura; pintura com imunizante de madeira do tipo stain. |
| Revestimento de Áreas Molhadas (piso e paredes) | No piso: revestir superfície de madeira com piso cerâmico sobre placa cimentícia (livre de amianto), placa antiderrapante de fibra ou pintura acrílica. No encontro entre parede e piso de áreas molhadas deve-se garantir a impermeabilização utilizando mantas ou membranas, fibra de vidro, ou pintura acrílica. Nas paredes: revestir áreas úmidas com barreiras impermeáveis utilizando mantas ou membranas, (sobre bancadas), placa de PVC, fibra de vidro ou pintura acrílica nas superfícies de madeira. |
| Portas | Portas em madeira. Batente em madeira. Vão livre de 0,80m x 2,10m em todas as portas. Previsão de área de aproximação para abertura das portas (0,60 m interno e 0,30 m externo). |
| Janelas | Em madeira, vão de 1,20 m² nos quartos e 1,50 m² na sala, sendo admissível uma variação de até 5%. |
| Escada | As casas suspensas deverão ter rampa ou na sua impossibilidade escada de acesso vasada, com corrimão. |
| Calçada de proteção | As casas construídas no nível do solo deverão ter uma calçada de proteção no perímetro da edificação de, no mínimo, 60 cm e inclinação mínima de 1% em sentido oposto às peças de madeira. |
| Manutenção | Pintura periódica externa, verificação de ferragens, verificação da estrutura de madeira suspensa, revisão do telhado de acordo as recomendações contidas no manual do usuário. |
| Instalações elétricas | |
| Instalações elétricas | Instalações convencionais com tubulação aparente. |
| Número de pontos de tomadas elétricas | 2 na sala, 4 na cozinha, 1 na área de serviço, 2 em cada dormitório, 1 tomada no banheiro, 1 tomada ao lado do tanque. |
| Número de pontos diversos | 1 ponto de antena de TV na sala. |
| Iluminação | 1 ponto em cada ambiente. |
| Número de circuitos | Prever circuitos independentes para tomada e iluminação. |
| Geral | Tomadas baixas a 0,40 m do piso, interruptores e outros a 1,00 m do piso. |
| Instalações hidrossanitárias | |
| Instalações hidrossanitárias | Instalações convencionais c/ tubulação aparente; sistema de captação de água de chuva com armazenamento em caixa de fibra de vidro ou polietileno; sistema de fossa tipo ecológica com processo anaeróbico (DBO entre 60 e 80%). A solução para o destino e tratamento dos esgotos domésticos deverá obedecer a NBR 7229/93. Na construção dos tanques sépticos poderão ser utilizadas tecnologias adequadas à realidade local, desde que os materiais usados obedeçam às exigências da NBR 7229/93. |
| Diversos | |
| Reservatório | Reservatório com capacidade de 1.000 litros. |
| Cisterna pluvial | Instalação opcional. A concepção e as orientações são as do Programa Cisternas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. |
| Lavagem de roupas | Prever solução para máquina de lavar roupas (ponto elétrico, hidráulica e de esgoto). |
| Vãos | Janelas e aberturas em geral devem ser teladas de acordo com as necessidades locais (incidência de doenças como a malária e outras). |

| Tabela 2 - Da produção da unidade habitacional em madeira - situações ambientais | |
|--|--|
| Situação 1 - ocupando áreas permanentemente alagadas | |
| Tipo de Fundação | Sem fundações - casa sobre flutuante com flutuador em tubo metálico. |
| Característica da Base da casa | Base da casa com estrutura de madeira fixada com ferragens galvanizadas sobre estrutura do flutuador; uso de ferragens galvanizadas nas ligações. |
| Situação 2 - ocupando áreas sujeita á cheias | |
| Tipo de Fundação | Estacas/pilares de madeira cravados no solo com lastro de concreto magro (espessura mínima de 10cm); quando a altura entre solo e base da casa for superior a 2,00m, efetuar contraventamento dos pilares. |
| Característica da fundação | Uso de madeira com alta durabilidade para situações de exposição às intempéries e em condição submersa; uso de ferragens galvanizadas nas ligações. |

| | |
|--|--|
| Situação 3 - ocupando áreas de terra firme | |
| Tipo de Fundação | Estacas/pilares de madeira cravados no solo com lastro de concreto magro (espessura mínima de 10cm); ou sistema convencional em blocos de concreto armado sobre estacas de concreto; ou radier. |
| Característica da fundação | Uso de concreto armado nas fundações em função de disponibilidade; verificar resistência do solo nas escavações; sobre base de concreto apoiada no solo sempre efetuar impermeabilização de vigas baldrame e contrapiso, aplicar impermeabilização no box do banheiro. |

ANEXO II

PROGRAMA NACIONAL DE HABITAÇÃO RURAL - PNHR
USO DE RECURSO FLORESTAL PARA PRODUÇÃO E REFORMA DE UNIDADES HABITACIONAIS

1. Documentação a ser exigida pelos Agentes Financeiros do PNHR para a utilização da madeira:

| Situação | Local de exploração | Limites de Exploração | Tipo de documento |
|--|---|--|---|
| Exploração de matéria prima florestal, pela família beneficiária, para uso no próprio imóvel ou unidade familiar | Unidades de Conservação de Uso Sustentável | No limite de 2m³/ha até 15m³ totais, por família beneficiária | Plano de utilização de matéria-prima florestal elaborado pela Comissão de Acompanhamento do Programa Minha Casa Minha Vida na Unidade de Conservação, conforme previsto na Portaria ICMBio nº de 27, de 19 de março de 2014 |
| | Reserva Legal e outras áreas | Até o limite de 2m³/ha e 20m³ totais, por imóvel ou unidade familiar | Documentos de autorização da exploração florestal emitidos pelo órgão ambiental competente, conforme dispõe art. 23 e art. 56 da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. |
| | Dentro e fora de Unidades de Conservação de Uso Sustentável | Acima do limite de 20m³ total, por imóvel ou unidade familiar. | Documentos de autorização de exploração florestal, conforme dispõe Art. 31 da lei 12.651, de 25 de maio de 2012. |
| Madeira comprada no mercado | não se aplica | não se aplica | Nota Fiscal e cópia do Documento de Origem Florestal - DOF |

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
CONSELHO DIRETOR

RESOLUÇÃO Nº 636, DE 11 DE JUNHO DE 2014(*)

Altera o Regimento Interno da Anatel para incluir participação presencial e a possibilidade de manifestação oral durante a deliberação de matérias nas Reuniões do Conselho Diretor da Anatel

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 22 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, pelo art. 35 do Regulamento da Agência Nacional de Telecomunicações, aprovado pelo Decreto nº 2.338, de 7 de outubro de 1997, e pelo art. 133, XXXVII, do Regimento Interno da Agência, aprovado pela Resolução nº 612, de 29 de abril de 2013,

CONSIDERANDO a necessidade de ampliar o acesso e a participação dos interessados nos procedimentos da Agência e de promover maior transparência aos seus atos;

CONSIDERANDO que a manifestação oral durante o julgamento de matérias em Reuniões do Conselho Diretor da Anatel tem como objetivo ampliar e conferir maior efetividade aos princípios constitucionais do contraditório e da ampla de defesa;

CONSIDERANDO o constante do item 31 do Parecer nº 274/2014/LCP/PFE/ANA-TEL/PGF/AGU, da Procuradoria Federal Especializada da Anatel;

CONSIDERANDO o constante dos autos do Processo nº 53500.029329/2013;

CONSIDERANDO deliberação tomada em sua Reunião nº 744, realizada em 5 de junho de 2014, resolve:

Art. 1º Incluir no Regimento Interno da Anatel, aprovado pela Resolução nº 612, de 29 de abril de 2013, o artigo 26-A, nos seguintes termos:

"Art. 26-A Observado o rito do art. 13, após exposição da matéria pelo Relator, as partes, por si ou por seus procuradores devidamente constituídos, poderão manifestar-se oralmente pelo tempo mínimo de 5 (cinco) e máximo de 15 (quinze) minutos para cada matéria da pauta.

§ 1º O pedido de manifestação oral deverá ser apresentado à Secretaria do Conselho Diretor, por meio de endereço eletrônico destinado a esse fim.

§ 2º Portaria do Conselho Diretor disporá sobre o prazo de antecedência para apresentação do pedido de manifestação oral à Secretaria do Conselho Diretor, que deverá observar o limite de até 2 (dois) dias úteis antes da data prevista para a Reunião Ordinária, e em até 30 (trinta) minutos antes do horário previsto para a Reunião Extraordinária.

§ 3º O pedido de manifestação oral será apreciado pelo Presidente do Conselho Diretor, quanto ao seu cabimento, legitimidade e tempestividade.

§ 4º Encerradas as manifestações orais, o Conselheiro Relator poderá solicitar ao Conselho o adiamento da deliberação para a próxima Reunião ou apresentar o seu voto.

§ 5º O pedido de manifestação oral poderá ser formulado para qualquer procedimento administrativo objeto de deliberação pelo Conselho Diretor em Reunião, excetuados os procedimentos normativos.

§ 6º A manifestação oral será permitida por uma única vez, sem interrupção e exclusivamente sobre a matéria destacada, por ocasião da relatoria e antes de iniciado o processo deliberativo em Reunião do Conselho Diretor.

§ 7º O Presidente do Conselho Diretor, no uso de suas atribuições, conforme prevê o art. 137, IV, poderá cassar a palavra da parte ou de seus procuradores na hipótese de se exceder o prazo de manifestação previsto no caput ou de descumprimento ao § 6º.

§ 8º Não serão recebidos, durante a Reunião, documentos relacionados à matéria da pauta em apreciação."

Art. 2º Alterar o § 2º do art. 24, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 24 (...)

"§ 2º Excepcionalmente, para tratar de matéria relevante e urgente cuja omissão possa causar prejuízos irreversíveis, o Presidente poderá convocar Reunião de caráter extraordinário, devendo o prazo previsto no § 1º ser de 24 (vinte e quatro) horas."

Art. 3º Alterar o § 1º do art. 25, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 25 (...)

§ 1º As matérias objeto de pedido de vista e de manifestação oral devem ser destacadas."

Art. 4º Alterar o art. 12, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 12 As Sessões e as Reuniões serão públicas e transmitidas em tempo real pela página da Agência na Internet.

§ 1º Quando a publicidade ampla puder violar sigilo protegido por lei ou a intimidade, privacidade ou dignidade de alguém, reconhecidos nos termos do art. 45, VI, e 51 deste Regimento Interno, a participação em Sessão ou Reunião e a divulgação de seus conteúdos serão restritas às partes e a seus procuradores.

(...)

§ 4º É assegurado a qualquer pessoa o acesso e presença no local designado para a realização das Reuniões e Sessões do Conselho Diretor, desde que previamente identificada, observados eventuais limites físicos e exceções de deliberações em sigilo e de matérias administrativas."

Art. 5º Alterar o § 8º do art. 115, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 115 (...)

§ 8º Em caso de retratação parcial, a decisão a que se refere o § 7º deve explicitar a parte retratada, bem como a ratificação dos demais termos da decisão recorrida.

(...)"

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor em 30 (trinta) dias a contarda data de sua publicação.

JOÃO BATISTA DE REZENDE
Presidente do Conselho

(*) Republicado por ter saído no DOU de 12-6-2014, Seção 1, pag. 65, com incorreção no original.